

## Diáspora minimalista

a crise do judaísmo moderno no contexto brasileiro

Monica Grin

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GRIN, M. Diáspora minimalista: a crise do judaísmo moderno no contexto brasileiro. In SORJ, B. org. *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 91-109. ISBN: 978-85-9966-260-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# Diáspora Minimalista: A Crise do Judaísmo Moderno no Contexto Brasileiro<sup>1</sup>

Monica Grin<sup>2</sup>

A crise do judaísmo moderno<sup>3</sup> no contexto brasileiro vem sendo objeto de tímida análise por parte de cientistas sociais estudiosos da temática judaica no Brasil. Entretanto, alguns estudos isolados, ainda que não apontem direta e especificamente para essa questão, tratam-na implicitamente em seus argumentos<sup>4</sup>. Nas últimas três décadas da recente história da comunidade judaica brasileira, o diagnóstico da crise pode ser identificado não apenas pelas razões comuns à maior parte das comunidades judaicas na diáspora (o Holocausto e o fortalecimento do sionismo coxa a criação do Estado de Israel), mas, e isto tem sabor mais

---

<sup>1</sup> Agradeço à Bila Sorj pelos oportunos comentários. Qualquer erro, todavia, é de atinha inteira responsabilidade.

<sup>2</sup> Professora do Deptº. de História do IFCS/UFRJ - e co-autora de *Judaísmo e Modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

<sup>3</sup> Adoto a definição formulada por Bernardo Sorj, segundo a qual o judaísmo moderno caracteriza-se pelas diferentes estratégias de assimilação desenvolvidas através de justificativas coerentes com as idéias iluministas e suas premissas universais; pela adequação do judaísmo aos diversos movimentos político-ideológicos da modernidade, tais como: liberalismo, socialismo e nacionalismo; pela definição plural da identidade judaica; pelo crescente enfraquecimento do judaísmo rabínico; pela tensão entre os pólos tradição/modernidade, etnicidade/cidadania nacional, público/privado e sentimento/razão; e pelo caráter autojustificatório associando judaísmo à ética humanitária e à justiça. Cf., Bernardo Sorj & Monica Grin (ores.). "Introdução" In: *Judaísmo e Modernidade*, Rio de Janeiro: Imago, 1991. Excelente abordagem histórica sobre a crise do judaísmo moderno no contexto norte-americano pode ser encontrada em Ezra Mendelsohn, *On Modern Jewish Politics*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

<sup>4</sup> Em Sorj, a definição de judaísmo moderno e sua crise em geral é nítida. O autor, ademais, avança algumas proposições sobre o emergente judaísmo pós-moderno (idem); Bila Sorj, em sua pesquisa sobre casamento misto no Rio de Janeiro, identifica a crise do judaísmo moderno em seu desenho comunitário (texto inédito, 1996). J. Lesser não aborda especificamente a crise do judaísmo moderno, embora através dos documentos por ele levantados seja possível deduzir aspectos da crise. J. Lesser, *Welcoming the Undesirables, Brazil and the Jewish Question*. Berkeley: University of California Press, 1995. Apenas para citar alguns autores.

específico, pelo tipo de interação que foi sendo desenvolvida entre a comunidade judaica e a sociedade brasileira. O crescente esvaziamento dos valores que orientavam a comunidade de imigrantes, basicamente marcada por subdivisões ideológicas já trazidas das comunidades judaicas do Leste Europeu e da Alemanha<sup>5</sup> foi motivado também por eventos contingentes da dinâmica político-social brasileira que demandavam a promoção de uma imagem homogênea e de unia institucionalidade representativa da comunidade judaica no Brasil.

No Brasil, as características identificadas com o judaísmo moderno podem ser observadas na gênese espontânea da comunidade de imigrantes judeus que, de alguma maneira, reproduziram aqui não apenas o espectro comunitário do Leste Europeu, fortemente marcado por tensões entre tradição e modernidade, como também, rio caso dos imigrantes judeus de cultura alemã, por valores e comportamentos visivelmente liberais. Essas características, em particular na comunidade judaica do Rio de Janeiro, tiveram eficácia simbólica na manutenção de um universo plural e, ademais, funcionaram como marcadores reais de diferentes interesses e ideais acalentados pelos vários subgrupos que a compunham.

Esse texto tenta identificar e discutir a crise do judaísmo moderno no contexto brasileiro, através da análise político-institucional da Federação Israelita, instituição representativa da comunidade judaica do Rio de Janeiro em âmbitos local e nacional, fundada em 1947. A criação da Federação, pode-se dizer, é uma tentativa, ao menos em sua versão inicial, de conciliação possível das diversas variáveis em jogo nesse período: o impacto do holocausto que redefine o judaísmo e a própria noção de etnicidade judaica, o Estado de Israel e o sionismo como instrumentos políticos eficazes para a sobrevivência dos judeus, inclusive na diáspora, e as pressões do Estado brasileiro no sentido de controlar ondas de imigração e formas de organização de comunidades imigrantes em clara política de acomodação de possíveis conflitos ou diferenciações no âmbito da

---

<sup>5</sup>É importante salientar que quando me refiro à gênese da comunidade judaica no Rio de Janeiro, estou considerando apenas o *establishment askenazim*. Isto não quer dizer que não viciam no Brasil e, mais especificamente no Rio de Janeiro, judeus sefardim. Entretanto, a tônica institucional da comunidade judaica no Rio era caracteristicamente dada pelas lideranças de origem *askenazim*.

sociedade.<sup>6</sup> O ponto a salientar é que a análise da instituição teto da comunidade judaica do RJ, ou seja, a Federação Israelita do RJ, pode revelar importantes contornos da dinâmica étnico-política dos judeus, em particular através de políticas institucionais, mais ou menos coordenadas no sentido de articular pertencimento étnico a demandas nacionais e internacionais<sup>7</sup>. Tal institucionalidade representativa da comunidade judaica, nessa perspectiva, teria, em tese, papel mediador fundamental no sentido de estabelecer e promover possíveis canais de interação entre as demandas do grupo étnico e as expectativas da sociedade reais ampla. Tal como o material empírico revela<sup>8</sup>, esse papel de mediação não se realizou de forma tão nítida. Ao contrário, as crises sucessivas dessa instituição demonstram as dificuldades de mediar e conciliar grupo tão diferenciado em sociedade de cidadania regulada e monolítica<sup>9</sup>.

Proponho, em linhas gerais, a análise da atuação da Federação Israelita do RJ em três diferentes conjunturas: a primeira (1945-60) se caracterizaria por uma definição representativa da Federação, motivada por eventos internacionais e nacionais; a segunda (1960-70) explicitaria tentativas de injunções normativas tanto por parte de grupos conservadores quanto por parte da liderança sionista, tendo como pano de fundo significativas mudanças no contexto político brasileiro por um lado e, por outro, a tensão provocada pelo conflito árabe-israelense de 1967 e 1973; e, por último (1970-80), as estratégias de defesa e atuação pública da Federação em relação ao conflito árabe-israelense, sobretudo quando este é

---

<sup>6</sup> Cf. Decreto-Lei N. 406 de 4/5/1938. Sobre esses aspectos destaco dois trabalhos. Jeff Lesser, *Welcoming the undesirables*. Berkeley: University of California Press, 1995, e Giralda Seyferth, "Identidade Étnica, Assimilação e Cidadania: A Imigração Alemã e o Escudo Brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 26, ano 9. out. 1994.

<sup>7</sup> Reconheço que uma melhor compreensão do que seja a crise do judaísmo moderno no contexto da comunidade judaica brasileira exigiria uma pesquisa de viés atais fortemente sociológico, que permitisse explorar diversas facetas dessa crise. A institucionalidade representativa é apenas um locus de manifestação possível do que veta sendo identificado como a crise do judaísmo moderno. A análise de outras instituições (religiosas, educacionais e culturais, por exemplo) da comunidade judaica no Rio de Janeiro garantiria um cenário certamente mais rico e complexo de manifestação da crise.

<sup>8</sup> O material aqui analisado restringe-se apenas aos arquivos da Federação Israelita do Rio de Janeiro e algumas entrevistas com ex-presidentes da Federação.

<sup>9</sup> Para a definição de cidadania regulada, cf. Wanderley Guilherme dos Santos. *Cidadania e Justiça Rio de Janeiro*: Campus Editora, 1979.

introduzido na arena pública brasileira<sup>10</sup>, e o impacto da abertura democrática que promoveria a redefinição do papel da Federação Israelita do RJ.

Minha hipótese é a de que a dinâmica institucional que se instaura na comunidade judaica do RJ, a partir da criação da Federação Israelita, representou, por um lado, razoável tentativa de “proteger” o pluralismo comunitário orientado por um judaísmo de tipo moderno, contra os rompantes normativos tanto do sionismo, fortalecido com a criação do Estado de Israel, quanto da ala conservadora da liderança que tentava impor, desde a década de 20, o modelo de *Kehillá*<sup>11</sup> à comunidade judaica do Rio de Janeiro. Por outro lado, a criação da Federação correspondia à necessidade de autodefesa coordenada dos judeus em relação aos poderes públicos, sobretudo diante das pressões esquizofrênicas já na fase final do Estado Novo (ora motivado pela tolerância liberal, ora pelo nacionalismo chauvinista), e depois no período militar.

As sucessivas mudanças por que passa a arena política no contexto brasileiro exigiu permanente negociação das bases de interação dos judeus com a sociedade brasileira, ora fortalecendo o papel representativo da Federação, ora revelando a fragilidade dessa instituição em seu papel articulador e mediador entre a comunidade judaica e o contexto nacional. A maneira pela qual eventos nacionais e internacionais são traduzidos pela liderança formal da comunidade, que se instaura a partir da criação da

---

<sup>10</sup> Voto do Brasil na ONU, considerando o sionismo uma forma de racismo, o apoio do Itamarati à instalação de uma representação Palestina no Brasil e os massacres de Sabra e Chatila, contribuíram para colocar o conflito palestino-israelense na ordem do dia.

<sup>11</sup> Defina-se *kehillá* como um tipo de organização comunitária altamente centralizada que possui um corpo executivo que assume a responsabilidade pela manutenção das instituições comunitárias. Nenhuma dimensão da vida comunitária fica fora de sua supervisão. Seu controle é evidente nas atividades econômicas, nas relações com o mundo não judaico, na família, na vida social e em matérias religiosas e educacionais. Esse modelo de comunidade era bastante comum na Idade Média, bem como no Leste europeu até finais ou menos a Segunda Guerra Mundial. Para cauta análise histórica desse modelo, cf. Jacob Katz, *Tradição and Crisis*. New York: Schocken Books, 1971; cf., também, o belo trabalho de Michael Walzer, *Spheres of Justice*, no qual o modelo de *Kehillá* é sublinhado como exemplo do que o autor chama formas de entendimentos partilhados. Michael Walzer, *Spheres of Justice*. New York: Basic Books, 1986. No Brasil, o debate sobre a plausibilidade do modelo de *Kehillá* inicia-se na década de 20.

Federação Israelita, e as crises sucessivas que essa instituição experimenta quanto à eficácia de sua atuação representativa, revelam uma faceta sugestiva da crise do judaísmo moderno no contexto brasileiro. A homogeneização sociocultural dos judeus promovida pelo processo crescente de assimilação à sociedade brasileira e aos seus valores, as dificuldades de organização da esquerda judaica, em contexto adverso à organização de grupos de esquerda em geral, a sionificação dos interesses políticos da comunidade judaica, a perda crescente da cultura ídiche em cenário societário adverso a diferenciações de natureza étnica, tal como o brasileiro, contribuíram claramente para a crise do judaísmo moderno no Brasil.

Uma tendência mais recente vem desafiando a dinâmica intra-comunitária e, conseqüentemente, sua visibilidade na sociedade brasileira. Por um lado, a abertura democrática no Brasil vem promovendo uma espécie de pluralismo político-cultural, permitindo a organização e a participação positiva de diferentes grupos e movimentos alternativos à representação partidária. Uma espécie de nova etnicidade que reconhece outras identidades como igualmente legítimas (grupos religiosos, negros, mulheres, nordestinos, ecologistas) caracteriza de alguma maneira essa tendência. Por outro, observa-se a retomada das raízes do judaísmo identificado com um judaísmo menos moderno e mais autêntico, menos articulado e racional, com clara valorização do exótico, do diferente e do místico. Das mais recentes definições minimalistas de identidade e pertencimento emerge um cenário desconectado sem síntese possível, sem agenda de consenso. Entretanto, o vazio normativo tem sido de alguma maneira ocupado pela retomada da religiosidade em sua versão consumista e mística. Ainda assim, as dificuldades analíticas diante de etnografias tão complexas e diferenciadas<sup>12</sup> não permitem sínteses, articulações conceituais ou teóricas para o entendimento do que vem sendo definido como ontologias sociais pós-modernas.

---

<sup>12</sup> Jonathan Webber vem, discutindo de forma extremamente interessante essa diversidade e complexidade etnográfica da etnicidade judaica hoje. Cf. em Jonathan Webber, “Modern Jewish Identities: the Ethnographic Complexities”. *Journal of Jewish Studies*, 43, (aut. 1992).

## I

A gênese de constituição comunitária dos judeus na década de 20, em particular no RJ, não foi resultado de predisposição harmônica e consensual dos imigrantes oriundos do Leste europeu. Ao contrário, conflitos de interesses e diferentes convicções políticas marcaram o surgimento espontâneo de um universo comunitário dinâmico e plural, onde se recriava mimeticamente o espectro político das comunidades judaicas do Leste europeu. O arranjo institucional da comunidade judaica no Brasil, tão diferenciado quanto eram as linhas político-ideológicas dos seus membros, não sugere, contudo, cenário caótico. Diria que o dinamismo comunitário, muitas vezes explicitado no conflito entre facções, foi rigorosamente fundamental para assegurar inicialmente a sobrevivência e a manutenção do grupo. A criação de diversas instituições e associações de natureza voluntária garantiam uma subestrutura complexa, quase alternativa à sociedade mais ampla. Com efeito, as bases do conflito situavam-se no interior do grupo e operavam como mecanismos de fortalecimento e revitalização da comunidade judaica. É curioso observar que o conflito ideológico intracomunitário que havia contribuído para o enfraquecimento das comunidades tradicionais do Leste europeu, no Brasil era, ao contrário, expressão de fortalecimento comunitário<sup>13</sup>.

Entretanto, esse dinamismo cultural e político-ideológico situava-se tão-somente nas fronteiras do próprio grupo. No âmbito da sociedade mais ampla verifica-se, ao contrário, entre as décadas de 30 e 40, um período de estridente nacionalismo das elites políticas brasileiras. As estratégias preventivas e autoritárias, no sentido de frear a emergência de forças políticas ou grupos que pudessem colocar em risco a manutenção da unidade territorial ou que pudessem desafiar o poder, tiveram repercussão direta entre os membros do grupo étnico judaico. A legislação federal<sup>14</sup>, fortemente reguladora e restritiva em relação a estrangeiros já residentes ou que pleitassem entrar no país, teve o efeito de mobilizar internamente o

<sup>13</sup> Apenas para que se tenha uma idéia geral da diferenciação de definições ideológicas, entre os asquenazim, podemos identificar os seguintes tipos: judeu sionista (ele esquerda e de direita), judeu bundista, judeu socialista, judeu liberal e judeu ortodoxo.

<sup>14</sup> Especificamente em relação ao controle imigratório, cf. Decreto-Lei n.406 de 4/5/ 1938 que cria o Conselho de Imigração e Colonização (CIC).

grupo étnico judaico para a formulação de estratégias coletivas diante de cenário adverso. Uma agenda de consenso foi, portanto, fundamental para que os interesses coletivos desse grupo pudessem ser publicamente expressados.

A persuasão dos judeus quanto à necessidade de unidade e organização estratégica e decisória ganha, nesta conjuntura, maior força, tendo em vista a instável situação política em cenário nacional e internacional. Ademais, a experiência do anti-semitismo nazista tornará a cooperação dos membros desse grupo inevitável, como meio mais eficaz para se evitar o consumo de uri “anal coletivo” que, em particular, nesse momento, poderia significar o extermínio de *todos* que, querendo ou não, fossem considerados judeus. Concorre ainda, como incentivo à cooperação, a luta pela criação de um Estado nacional judaico que funcionaria, no cálculo dos que sobreviveram ao Holocausto, como conseqüência lógica de maximização da sobrevivência. O movimento sionista, neste particular, terá um papel efetivamente relevante no sentido de mobilizar os membros do grupo em torno a objetivos comuns que incluiriam a promoção de um bem coletivo, ou seja, a criação de um Estado (Israel) como forma de se precaver contra todo e qualquer mal coletivo ao grupo. Com efeito, eventos contingentes não antecipados, nas ordens nacional e internacional foram cruciais para a mobilização de sentimentos étnicos e mecanismos de solidariedade grupal.

### Primeira fase: 1945-1960

O fim do Estado Novo e o relaxamento político sugerido pela Carta de 1946 irão favorecer a organização dos judeus como atores coletivos com uma base comum de interesses institucionalmente representados. Segue-se que em 1947 é criada a Federação das Sociedades Israelitas do Rio de Janeiro, entidade de base local, que congregava na época 42 entidades, em clara correspondência com o novo momento político que se inicia no Brasil.

Consideremos os objetivos do primeiro Estatuto da Federação

israelita do Rio de Janeiro<sup>15</sup>:

- a) Integrar no ambiente nacional os israelitas domiciliados no Brasil;
- b) Representar os interesses da coletividade israelita local perante as autoridades constituídas do país, federações congêneres de jurisdição diferente e quaisquer outras entidades, sempre que a representação coletiva dos israelitas se tornar necessária;
- c) Coordenar o trabalho das sociedades e comitês federados, respeitando as respectivas autonomias;
- d) Fomentar a tradição e cultura israelitas difundindo-as particularmente no seio da mocidade;
- e) Estar vigilante, atuar e agir contra as discriminações de natureza racial e religiosa;
- f) Colaborar com as coletividades legitimamente organizadas de todo o inundo na defesa dos direitos inalienáveis e imprescritíveis dos israelitas e apoiar o livre desenvolvimento do lar nacional judaico.

As questões arroladas no primeiro estatuto da Federação nos permite reconhecer quais seriam os interesses coletivos de um grupo que possuía uma base claramente diferenciada. As bases de coesão, e é necessário sublinhar, explicitavam-se então através das seguintes variáveis:

- a) O fim da Segunda Guerra Mundial e a revelação do Holocausto;
- b) A mobilização dos judeus de todo mundo na luta pela criação de um estado judaico;
- c) A afirmação do princípio da sobrevivência étnica como o mais importante elemento de sustentação da identidade judaica e do judaísmo;
- d) A homogeneização dos membros do grupo não apenas em relação à reafirmação dos sentimentos étnicos, mas também em relação às condições sócioeconômicas tornando seus valores e interesses mais coesos.

Podemos deduzir, com base nos objetivos do Estatuto, ao menos duas concepções políticas de etnicidade: uma, de expressão universalista-humanitária e, portanto, interacionista, e outra particularista e preservacionista. No primeiro caso, reflexo de tendências liberais do pós-guerra, podemos observar uma concepção universalista mais ampla (cláusula *e*), segundo a qual os judeus devem envolver-se nas lutas universais pela justiça e pelos direitos humanos, porque tal atitude significaria uma espécie de garantia de que os judeus teriam seus direitos respeitados como indivíduos e como grupo. Esse argumento postula que

<sup>15</sup> É importante salientar, que os estatutos da Federação seguem orientação do *Jewish World Congress*, instituição chie congrega as comunidades judaicas da diáspora.

somente quando as injustiças e desigualdades estiverem completamente abolidas, os judeus poderão se sentir seguros. Ainda segundo essa perspectiva, lutar a batalha dos oprimidos e perseguidos significaria indiretamente o alcance de benefícios aos judeus, vítimas históricas de perseguições e discriminações. A esse mecanismo de luta corresponderia uma boa dose de humanitarismo universalista e democrático como estratégia e alvo para a ação coletiva.

No segundo caso, podemos observar o fortalecimento da tendência sionista (cláusula *f*) quando afirma a luta pela criação de um lar judaico como possibilidade de sobrevivência do povo judeu e do judaísmo. Tal tendência fortalecida diante da comprovada fragilidade dos judeus no mundo, postula que a sobrevivência e a segurança dos judeus depende única e exclusivamente da sua luta pela criação de um Estado nacional que jamais permitiria a reedição de qualquer forma de anti-semitismo<sup>16</sup>.

Pacto entre as entidades que compunham a Comunidade judaica em nome de uma supra-instituição que as representassem publicamente justificava-se em um período em que eventos de natureza adversa a este grupo étnico tiveram o efeito de revelar sua fragilidade, sobretudo quando se tratava da defesa de seus interesses em processo de interação com a sociedade maior. Nestas condições, a criação de um arranjo institucional tornava-se crucial para que se pudesse resolver problemas de coordenação e mobilização dos membros das entidades em universo relacional marcado pelo conflito. Ademais, acreditava-se que a delimitação e racionalização de objetivos e estratégias de ação implicaria a redução de incertezas que, como já vimos, significava para esse grupo um modo possível de se precaver contra “possíveis tragédias futuras”. A atuação representativa da Federação, no final da década de 40, resumia-se às seguintes deliberações: protesto junto a Associação Brasileira de Concertos contra o pianista alemão Walter Giesecking, convidado por aquela associação para uma série de concertos na capital federal. Tal protesto atendia a denúncias de envolvimento do pianista como regime nazista - membro militante da Liga para a Cultura Germânica; elaboração de um *memorandum* para o governo brasileiro rio sentido de influenciar o voto brasileiro na ONU contra a internacionalização de Jerusalém; e mediação de conflitos entre subgrupos

<sup>16</sup> P. Medding, “Patterns of Political Organization and Leadership in Contemporary Jewish Communities”. In: Daniel Elazar, *Kinship and Consent, the Jewish Political Traditions and its Contemporary Uses*. Ramat Gan: Turtledove Publishing, 1981, p. 276.

da comunidade judaica.

A manutenção da Federação Israelita do Rio de Janeiro, até sua primeira crise em 1957, parecia possível, em grande parte, pela congruência daquelas variáveis que sustentavam a seguinte premissa: se representação institucional centralizada, então segurança e estabilidade para o grupo étnico judaico no Brasil. Entretanto, e em 1957 isso fica cada vez mais claro, as bases do consenso que garantiam a manutenção da Federação e que repousam prioritariamente em sua natureza representativa, ficam ameaçadas por tentativas de injunções normativas de subgrupos que compunham a comunidade. A análise de sucessivas atas de reuniões nos dez primeiros anos da Federação revela que, na ausência de eventos que trouxessem à superfície questões que significassem adversidades reais ou potenciais, muito dificilmente estaria assegurado o consenso que possibilitara a criação da Federação Israelita do Rio de Janeiro.

A década de 50 no Brasil caracteriza-se, na lógica de integração dos judeus à sociedade brasileira, como a “idade de ouro” da segurança dos membros desse grupo. Economicamente o país atravessava uma fase de grande expansão industrial e dinamização urbana atendendo aos anseios de uma classe média de identidade cada vez mais fortalecida. As oportunidades de ascensão social, via mercado, tornavam-se cada vez mais nítidas, sobretudo para profissionais habilitados e de formação superior. Politicamente, o país respirava ares de democracia não apenas através de sua dinâmica político-institucional, como também através da diferenciação e de disputas entre grupos de interesses, revelando timidamente a formação de um cenário pluralista.

A ecologia social naquele momento estimulava as possibilidades de assimilação dos membros desse grupo pois, em matéria étnica, a sociedade brasileira não exibia mecanismos explícitos de diferenciação. A desmobilização política de grupos diferenciados favorecia a mobilidade e ascensão social dos judeus cuja identidade não comprometia seu ingresso em cenário social. Segundo Hasenbalg, “[...] a imagem da harmonia étnica e racial como parte de unia concepção ideológica mais ampla da 'natureza humana' brasileira é associada a um mecanismo de legitimação destinado a dissolver tensões, bem como a antecipar e controlar certas áreas de conflito social” (1979, p. 245). E, finalmente, quanto ao mercado de trabalho, as possibilidades de integração dos judeus pareciam não exigir nenhum esforço específico desse grupo para a defesa dos direitos relacionados à

igualdade de oportunidade e à cidadania.

Com o escopo de atuação representativa diminuído pela ausência de adversidades externas explícitas, iriam se tornar claras as bases contingentes do contrato sobre o qual se constituía a Federação israelita do Rio de Janeiro. Os interesses das entidades que compunham a Federação, até então orientados para necessidades representativas (tendo em vista aquela conjuntura adversa), deslocam-se, em período de pouca pressão externa, para os dilemas sobre a definição normativa mais apropriada àquela instituição.

### **Segunda fase: 1960-1970**

No final da década de 50 relevantes lideranças de entidades da comunidade judaica do RJ retomariam uma discussão que teve início na década de 20 e que nunca deixou de ser pensada como saída para toda e qualquer crise institucional. O que estava em jogo nesse debate era a plausibilidade ou não de uma mudança institucional que levasse em consideração a possibilidade da Federação exercer papel normativo além do representativo que ela já possuía.

Dois tendências normativas monopolizavam o debate naquela ocasião. O sionismo, na conjuntura do pós-guerra, afirmara-se como tendência ideológica de maior persuasão entre os judeus de todo inundo para a manutenção da identidade judaica. A sionificação do judaísmo<sup>17</sup> revelava-se como alternativa vitoriosa de reestruturação laica de um judaísmo dilacerado pela dúvida religiosa e pela perplexidade dos judeus diante do Holocausto. Na lógica do sionismo, portanto, o Estado de Israel se afirmaria como o centro por excelência irradiador de definições, decisões e formulações normativas para as comunidades judaicas da diáspora. No Brasil, como em toda a América Latina, o movimento sionista, antes apenas uma linha ideológica, verá seu escopo de influência alargado mobilizando, através de seus valores, os judeus em torno do princípio da sobrevivência. O sionismo no Brasil, ao institucionalizar-se, passa a ter influência direta nas tomadas de decisão da Federação Israelita<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Bernardo Sorj, “A Dialética do Holocausto”. *Novos Estudos Cebrap*, 2 (jul 1983).

<sup>18</sup> Em carta ao *Jewish, World Congress*, datada de 19 de maio de 1949, o presidente da Federação, prof. Feigl, assim se expressa em relação à Organização Sionista Unificada:

A outra tendência de mudança institucional baseava-se na retomada da definição étnico-religiosa do judaísmo. Segundo os adeptos dessa tendência, o modelo institucional mais adequado seria a *Kehillá*, que representaria e organizaria comunitariamente os “indivíduos” judeus e não entidades federadas. Argumentava-se, neste caso, que vários membros da comunidade judaica não seriam afiliados a nenhuma das entidades federadas que compunham a Federação e, por esta razão, não poderiam ver suas demandas representadas. Entre os objetivos do modelo de *Kehillá* encontram-se, por exemplo, o fortalecimento da definição religiosa de identidade judaica, a individualização dos membros da comunidade judaica, a retomada de princípios tradicionalistas como base normativa para o comportamento dos membros, o esvaziamento das diferenças ideológicas no interior da comunidade e a discrição na elaboração de canais interativos com a sociedade mais ampla e o fortalecimento da dinâmica comunitária como antídoto à assimilação crescente dos membros aos valores desta sociedade. Às injunções conservadoras dos que defendiam o modelo de *Kehillá* seguiu-se fortíssima reação de considerável número de entidades federadas, sobretudo aquelas de orientação liberal ou de esquerda. Todas defendiam, em seus argumentos, a autonomia das federadas contra as tentativas de intervenção e eram favoráveis à manutenção de uma organização comunitária democrática, ou seja, sem o monopólio normativo de uma definição de tipo mais religiosa e tradicionalista. A tendência conservadora de parte da liderança seria, portanto, rejeitada em nome do espírito democrático e interacionista de uma comunidade étnica ainda plural em um contexto nacional igualmente motivado para a consolidação democrática.

As conjunturas nacional e internacional nesse período garantiram, mais uma vez, a sobrevivência da Federação como instituição representativa, sobretudo porque alguns importantes desafios emergem nesse contexto exigindo um posicionamento mais objetivo. No cenário internacional, a radicalização do conflito árabe-israelense, em 1967 e em 1973, colocará a Federação diante da tarefa de estimular e reacender sentimentos de solidariedade e civismo em relação ao Estado de Israel. A retomada *ad hoc*

---

“[...we have to step over a lot of difficulties, specially regarding our relations with Organização Sionista Unificada which is trying to maintain beside the supremacy in zionist matters - we agree with this - also in all kinds of matters of local character and to interfere in our competency”.

do discurso da coesão e da inevitabilidade de um destino comum reafirma, mais uma vez, o diagnóstico de que a base do consenso entre entidades representadas pela Federação era contingente, ou seja, para que ocorresse era necessário que acontecimentos que independem da vontade dos agentes os fragilizassem diante de adversidades e ameaças potenciais.

O impacto das guerras árabe-israelenses de 1967 e 1973 demonstraria a centralidade de Israel na vida dos judeus brasileiros. Israel, e estas guerras demonstravam, passa a ser o elemento de união das diferentes tendências ideológicas no interior da comunidade judaica e, ademais, da Federação. Com efeito, o princípio da sobrevivência, cuja idealização está na própria existência do Estado de Israel, mais uma vez, reafirma-se como fator de sustentação e manutenção da identidade étnica desse grupo.

Será nesta conjuntura, em particular, que a sionificação da comunidade judaica do Rio de Janeiro tornar-se-á mais explícita. Desde as instituições propriamente sionistas, passando por parte dos grupos de esquerda, escolas e movimentos juvenis, todos, de alguma maneira, se mobilizaram pela causa israelense no conflito do Oriente Médio. Pode-se assumir, inclusive, que a emergência de uma espécie de sentimento étnico-nacionalista, por conta do conflito árabe-israelense, fora também favorecido pelo cenário político brasileiro de então.

O Brasil do final da década de 60 retomava sua versão autoritária com a implantação do regime militar em 1964. A interrupção do processo democrático e, em consequência, do funcionamento das instituições democráticas, reativa a histórica insegurança dos judeus pelo desconforto da instabilidade política. Diante de um cenário político-social de incertezas, novas estratégias serão formuladas tendo em vista uma adaptação não-problemática a esse novo momento<sup>19</sup>.

A repressão política, radicalizada a partir do final dos anos 60, promoverá o retorno dos membros à dinâmica comunitária. Tal retorno significava a revitalização étnica em versão sionista. O fechamento de canais participativos na sociedade brasileira tornaria a participação comunitária atraente, sobretudo para as gerações mais jovens. Era comum, nessa conjuntura, referir-se a Israel como cenário da utopia socialista, desanimados e impedidos de imaginá-la ou realizá-la no Brasil. É bastante

---

<sup>19</sup> O silêncio das fontes da Federação cota relação a esse período dificulta o conhecimento e análise detalhados dos juízos e avaliações da liderança comunitária. Alguns depoimentos e informações autorizam, todavia, algumas tímidas observações.



sugestivo que vários judeus brasileiros de esquerda, fugindo da clandestinidade imposta pelo regime militar, tenham abraçado a causa israelense na guerra de 67, exilando-se em Israel. Verifica-se, neste novo cenário, que mesmo uma parte cios grupos de esquerda da comunidade judaica, que antes se opunham ao sionismo, passam a incorporá-lo, articulando-o às idéias socialistas, numa clara demonstração que Israel, naquele momento, correspondia aos anseios de uma esquerda judaica sem lugar no Brasil. Mais uma vez, então, o sionismo se mostrará um potente elemento de coesão e mobilização dos judeus no cenário brasileiro.

### Terceira fase: 1970-1980

No início da década de 70, a Federação Israelita do Rio de Janeiro adota clara estratégia de democratização institucional na tentativa de mobilizar o voto direto de membros isolados e entidades, quase como um contraponto ao ambiente autoritário da sociedade mais ampla. A intenção era a de atrair membros potenciais já afastados da vida comunitária e refratários à dinâmica institucional da Federação.

Na sociedade brasileira verifica-se igualmente algumas transformações. Um inegável dinamismo sócio-econômico que garantia progressos materiais substantivos para a classe média favorecia a tendência à assimilação. Integrados à lógica do mercado e vivendo expectativas de ganhos, comuns à época do “milagre econômico”, os judeus irão buscar novas formas de associação profissional e social no âmbito da sociedade maior. O impulso associativista que se inicia na segunda metade da década em questão fará surgir novas identidades coletivas organizadas e constituídas, sobretudo por profissionais de classe média, alternativas à estrutura corporativa oficial<sup>20</sup>.

Algumas questões, todavia, desafiavam as estratégias de atuação da Federação: como deter a tendência assimilacionista? Como renovar e atrair novos quadros dirigentes? Como atrair novas gerações para o estudo e o interesse pela cultura judaica? Como estreitar laços com Israel a fim de que os judeus da diáspora não percam totalmente sua identidade étnica?<sup>21</sup>

Em 1975 é elaborado um novo Estatuto para a Federação no qual

<sup>20</sup> Renato Boschi, *A Arte da Associação*. São Paulo: Vértice, 1987.

<sup>21</sup> Relatório do Conselho Executivo - gestão Eliezer Burlá- em 25 de setembro de 1973.

duas novidades são reveladas. A primeira é a realização de uma antiga idéia: transformar indivíduos isolados em eleitores. Para que se tenha uma idéia, a eleição de 1976 para o Conselho Deliberativo da Federação teve nada menos do que 127 candidatos; a outra, é a inclusão de uma nova cláusula nos objetivos da Federação: “Promover campanhas de esclarecimentos sobre as atividades da comunidade israelita, assim como de sua participação na vida comunitária do País”.

Ora, a inclusão de um item dessa natureza nos permite especular sobre duas possíveis estratégias da Federação neste período: 1) a iniciativa de uma integração maior à sociedade brasileira como forma de atrair os membros assimilados ou em vias de assimilar-se, e/ou; 2) considerando a política de aproximação do governo brasileiro com os países árabes devido a crise do petróleo (90% do petróleo importado provinha de países árabes, em particular do Iraque), o apoio do governo à resolução da ONU que definia o sionismo como uma forma de racismo, e a simpatia manifestada, por parte do Ministério das Relações Exteriores, pela criação de uma representação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no Brasil, tornava-se urgente uma reavaliação do papel das Federações israelitas no cenário público brasileiro.

O mais curioso neste caso é que o governo brasileiro transfere para a arena pública brasileira um conflito internacional que até então não despertava maiores interesses nem para o governo, nem para a *intelligentsia* e nem para a esquerda já bastante esfacelada naquela ocasião. Ainda assim, causa perplexidade que neste conflito tanto a esquerda quanto o governo brasileiro, tendo o Itamarati como porta-voz, apoiavam a mesma causa<sup>22</sup>.

Dado esses desafios, a década de 80 será palco de curiosa mudança no que se refere à atuação da Federação em cenário público brasileiro. Uma espécie de agressividade interativa através do uso permanente de meios de comunicação de massa, para fins de esclarecimentos, denúncias, demonstrações cívicas, por um lado, e de canais formais — judiciário, legislativo e executivo — por outro, traduziriam essa mudança nas estratégias da Federação. Os documentos da Federação, nesse período, resumem-se a correspondências para presidentes, governadores, prefeitos e

<sup>22</sup> É interessante notar como o Itamarati em pleno regime militar tenta assegurar, ao menos para tora, uma imagem humanitária e solidária, quase sempre em favor de povos oprimidos, quando no cenário político brasileiro a repressão a grupos de esquerda persistia nos porões da ditadura.

deputados (buscando apoio para questões relacionadas aos judeus no Brasil e no mundo), a notificações contra manifestações pró-OLP<sup>23</sup>, a denúncias em jornais de grande circulação, a *lobbies* junto ao legislativo, sobretudo junto a deputados judeus ou simpáticos à causa judaica, enfim, documentos que atestam uma clara mudança na orientação política da Federação. Nesse mesmo período a Federação se transforma em instituição de utilidade pública em decreto assinado pelo então presidente João Batista Figueiredo, em clara tentativa de afirmar-se como entidade coletiva visível e participativa na dinâmica societária brasileira.

Essa nova postura da Federação apresenta uma diferença crucial em relação ao “silêncio” e discricção quanto às questões nacionais, no período anterior. Um senso de pertencimento, de mobilização cívica, parece traduzir o perfil político que a Federação adota nesse momento. Duas questões, portanto, devem ser sublinhadas para o entendimento dessa mudança: a primeira refere-se à insegurança circunstancial provocada pela surpreendente e efetiva atuação dos grupos pró-causa palestina em cenário público. A não-intencionada exposição a que foi submetida a comunidade judaica acabaria estimulando a sua politização, maneira pela qual ela poderia enfrentar a oposição daqueles grupos.<sup>24</sup> Tratava-se de afirmar a “brasilidade” dos judeus contra o sionismo do qual eram acusados, bens como persuadir a opinião pública e o governo de que a OLP era uma organização terrorista, contrária à estabilidade e à ordem social.<sup>25</sup> Pela primeira vez, a Federação se verá “forçada” valer-se da cidadania brasileira para defender sua causa étnica numa competição típica de cenários pluralistas.

Via de regra, essa nova postura da Federação promoveria conflitos de avaliação entre os membros da comunidade judaica, permanecendo ainda

---

<sup>23</sup> Os massacres de Sabre e Chatilla exigiram maior esforço da Federação no sentido de dissociar a comunidade judaica do Brasil dos abusos militares cometidos por Israel. As críticas a Israel foram mais fortemente manifestadas pela esquerda brasileira.

<sup>24</sup> Pela primeira vez a liderança representativa da comunidade se vê diante de um problema cuja resolução não se realizaria, de forma eficaz, pela estratégia do “judeu de corte”, ou seja, resolvendo problemas através de negociações silenciosas junto aos poderes públicos. Ao contrário, o uso da imprensa, como instrumento democrático de defesa e denúncia teve de ser largamente adotado ao longo de toda década de 80.

<sup>25</sup> A disputa ele versões sobre o conflito palestino-israelense entre os líderes da comunidade judaica e líderes palestinos esteve presente em jornais, de todas as tendências, ao longo das décadas de 70 e 80.

hoje matéria controversa entre os judeus, dentro e fora da Federação. Dois tipos de juízos sobre a estratégia de politização da Federação podem ser observados na comunidade judaica do Rio de Janeiro:

1) Desfavorável. Tal juízo postula que expor a comunidade judaica em “mercado” político pode representar um risco em país de democracia recente e ainda instável. Expor-se na arena pública poderia significar um risco para os interesses relacionados à sobrevivência e segurança dos judeus no Brasil. Segundo um dos mais influentes membros da comunidade judaica do Rio de Janeiro, ex-presidente da Federação,

[...] a comunidade judaica não é uma comunidade politizada. Ela pode até ser politizada, mas não é política. Ela não é uma unidade política. O erro todo está nisso. Há pessoas que querem se eleger a cargos eletivos com essa tecla, tentando afirmar algo que é uma mentira deslavada: que a comunidade judaica deve votar no candidato judeu como se ela fosse uma unidade política. Eu não posso desconsiderar o fato de que certos candidatos judeus não merecem nem um voto. Acho até que há candidatos que não deveriam ser candidatos.<sup>26</sup>

2) Favorável. Esse juízo vem se manifestando com maior vigor, *pari passo* com o processo de democratização da sociedade brasileira. Entretanto, podemos deduzir duas posições bastante heterogêneas a primeira, referente aos chamados judeus progressistas socialistas e comunistas — que buscam uma maior participação do grupo étnico-judaico na dinâmica social brasileira, assumindo para si problemas que extrapolam as fronteiras étnicas, posicionando-se como grupo progressista na luta pela democracia e pela justiça social.

Se o anti-semitismo e a discriminação de qualquer espécie são fenômenos social e historicamente provocados, podem ser eles socialmente corrigidos. Comprar esta briga significa juntar forças com os elementos verdadeiramente transformadores da sociedade brasileira, aqueles que lutam pela solidariedade, contra o individualismo e o egoísmo. Significa, também, perceber que não há solução para a “questão judaica” fora de uma batalha mais ampla que incorpore outros segmentos sociais no caminho que leva a uma

---

<sup>26</sup> Entrevista, em 26/9/90, com o Dr. Samuel Malamud, ex-presidente da Federação e ex-cônsul honorário de Israel no Brasil.

sociedade justa e democrática. O judeu, afinal, é um cidadão mergulhado na cidadania e não está acima dela<sup>27</sup>.

A segunda posição, que não goza da influência dessa ou daquela tendência ideológica e, nesse sentido, formula estratégias múltiplas de ação, sem muita coerência ou consistência com valores especificamente judaicos ou universais. Sem critério de participação coerente na sociedade maior, o princípio que prevalece é o da exposição por ela mesma, ou seja, “[...] a gente resolve as coisas indo para a rua, botando a cara, dizendo quem a gente é, indo para os poderes instituídos, principalmente o legislativo, para conseguir as nossas coisas”<sup>28</sup>.

No conflito intracomunitário, com efeito, atribui-se aos adeptos da estratégia da visibilidade do grupo étnico, o uso da Federação como trampolim para a obtenção de cargos eletivos — municipais, estaduais e federais — tendo por base eleitoral a própria comunidade judaica. Em comunidade heterogênea, tal objetivo repercute de forma controversa. Os que acreditam na plausibilidade do voto étnico no Brasil apóiam candidatos judeus comprometidos com plataformas especificamente voltadas para as demandas da comunidade judaica. Já os que não acreditam na eficácia do voto étnico postulam que candidatar-se a cargos eletivos como judeu significa responsabilizar toda a comunidade judaica quando sua atuação pública repercutir negativamente na sociedade maior.

Muitas vezes eu posso confiar mais em um deputado que não tenha origem judaica do que em um deputado judeu pois, se ele cometer alguma bobagem ou não for um político capaz, poderei ser responsabilizado se o responsabilizarem como judeu. As conseqüências dos seus atos podem repercutir sobre a minoria étnica que não tem nenhuma responsabilidade<sup>29</sup>.

Nos dias atuais, o Brasil vem conhecendo uma sociedade inegavelmente plural, com grupos de interesses organizados, em visível

---

<sup>27</sup> “Editorial”, ASA: *Judaísmo e Progressismo*, Órgão Informativo e de Divulgação Cultural da Associação Scholem Aleichem de Cultura e Recreação, 2, ano I, out. 1989.

<sup>28</sup> Entrevista com o Dr. Milton Nahon, em 19/12/90, ex-presidente da Federação e, atualmente, vereador do município do Rio de Janeiro.

<sup>29</sup> Entrevista com Dr. Samuel Malamud, cf. nota 26.

processo de consolidação democrática. Entretanto, ao lado desse cenário otimista, convive-se com um outro cenário no qual indiferença e descrença quanto a ideologias e instituições políticas vêm pouco a pouco destituindo a arena pública de qualquer eficácia real ou simbólica. A segurança e a confiabilidade só existem no estrito âmbito do privado, da reclusão familiar. A imprevisibilidade do mundo social e a incerteza da vida moderna, fragmentada e sem sentido aparente, decretam a falência da racional idade presente no judaísmo moderno e derrotam qualquer tentativa de síntese da vida comunitária.

Uma ontologia social pós-moderna, ainda que não facilmente apreensível no Brasil, exigirá do analista um diferente olhar em relação às formas particulares e minimalistas da relação dos judeus com a sua tradição. A promoção e a positivação de aspectos da tradição (raízes, hábitos, religiosidade, etc.) como elementos de diferenciação dos indivíduos em sociedade homogênea, marcam uma relevante diferença em relação ao judaísmo moderno que, ao contrário, tentou conciliar tradição e modernidade pela universalização dos valores judaicos.